

II Conferência Nacional da Juventude do POR



Documentos e Resoluções

**Partido
Operário
Revolucionário**



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

Índice

Esclarecimento	6
O que foi a Conferência da Juventude Nacional do POR	7
Relatos e lições do movimento de ocupação das escolas	9
Experiência Chilena	11
As bandeiras que traduzem o programa revolucionário.....	12
Manifesto da Conferência Nacional da Juventude	14
O capitalismo só tem a oferecer a barbárie; somente o socialismo pode dar uma perspectiva de vida plena à juventude.....	19
As ocupações e as tarefas do movimento secundarista	25
Carta da Corrente Proletária da Educação/ POR aos estudantes secundaristas	34
Contribuição à discussão sobre a bandeira de autonomia universitária e o governo tripartite	40
A. A universidade sob o capitalismo	40
B. Democracia universitária	42
C. Governo Tripartite	44
Contribuição à discussão sobre a repressão	46
Contribuição à discussão sobre a organização nacional dos estudantes	49
UNE.....	49
ANEL	51

Marxismo diante da juventude.....	53
A IV Internacional e a juventude	56

Apresentação

À juventude esmagada pelo capitalismo. Aos jovens miseráveis.

Aos que resistem à fome, ao desemprego, ao confinamento, à discriminação, ao cárcere e às matanças!

A estes, o POR dedica seu folheto, fruto da Conferência Nacional da Juventude, realizada em janeiro de 2016.

O esmagamento da juventude oprimida é manifestação da sociedade de classe e da própria decomposição do capitalismo. Não haverá a libertação - ou mesmo alívio da opressão - da juventude sob o regime sustentado na grande propriedade monopolista e na exploração da força de trabalho. A miserabilidade das massas expressa a alta concentração de riqueza em mãos da minoria exploradora.

A contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção está na base dos profundos antagonismos sociais. A fase superior do capitalismo, imperialista, demarca a impossibilidade de saltos no desenvolvimento das forças produtivas mundiais. Essa é a lei econômica e histórica que explica a monumental crise mundial, iniciada em 2008 e que ainda permanece. Crise essa que eleva e amplia a barbárie social.

Os explorados e, em particular a juventude oprimida, não têm outra via a não ser a de se lançar em luta contra a burguesia e o capitalismo putrefato. No Brasil, as manifestações multitudinárias de junho de 2013, os atos contra a copa mundial e, recentemente, as ocupações das escolas públicas estaduais são expressões da nova etapa da luta de classes. No entanto, esses movimentos carecem de uma direção revolucionária. O que permitiu que os movimentos fossem cooptados pela política burguesa ou pequena burguesa.

A juventude oprimida é parte da classe operária e demais explorados. Está aí por que tem pela frente a tarefa de resolver a crise de direção revolucionária. As várias tendências político-ideológicas entre os jovens têm por base a divisão de classes e têm se materializado nos diferentes agrupamentos políticos. Os da burguesia e da pequena burguesia procuram esconder este conteúdo e ocultar seus interesses de classe. É dessa maneira que influenciam as massas jovens, iniciantes na luta, dando uma aparência combativa ao seu caráter amorfo, cujo conteúdo político é oposto à da luta do proletariado pelo fim do capitalismo. Distintamente, a corrente revolucionária atua entre os jovens com um programa definido, delimitando-se dos agrupamentos políticos e evidenciando os antagonismos entre a política do proletariado e a da burguesia.

No processo de desenvolvimento histórico, as massas elevarão sua consciência e perceberão que na base do confronto está a divisão de classes. As tendências democrático-revolucionárias da juventude devem confluir-se para o programa do proletariado. As massas proletárias jovens serão decisivas na tomada do poder da burguesia. Este é o lugar da juventude oprimida na luta pela revolução proletária.

É necessário compreender as raízes da crise de direção revolucionária. Não se trata de um acaso. A juventude, para avançar, está obrigada a recorrer à história da Revolução Russa. Na revolução de Outubro de 1917, o operariado emergiu como a classe genuinamente revolu-

cionária e abriu passagem a um novo regime, socialista, assentado na produção e apropriação coletivas. Mas o processo não se concluiu. Era necessário se expandir e se consolidar mundialmente. Forças contrarrevolucionárias, encarnadas por Stálin, abortaram a transformação. A revisão do marxismo, a destruição da III Internacional e a degeneração do Partido Bolchevique e do Estado Operário, substituído por uma burocracia, deram lugar ao processo de restauração capitalista. Estão aí as raízes da crise de direção, que as novas gerações têm de resolver.

Os principais objetivos da Conferência Nacional da Juventude foram compreender o momento da crise estrutural do capitalismo e do avanço da barbárie; estabelecer as tarefas imediatas e as estratégicas; assimilar as experiências da luta da juventude no Brasil e em outros países; vincular as reivindicações particulares da juventude ao programa da classe operária; e definir o lugar da juventude na luta pela construção do partido marxista-leninista-trotskista.

Esperamos que este folheto contribua para a formação da Corrente Proletária da Juventude.

Pela Conferência Nacional da Juventude do POR,

24/02/2016
Elis Rodrigues

Esclarecimento

Os textos reunidos neste folheto foram antecipadamente apresentados na preparação da Conferência, a não ser o Manifesto. No entanto, foram discutidos e aprovados: 1) O capitalismo só tem a oferecer a barbárie; somente o socialismo pode dar uma perspectiva de vida plena à juventude; 2) As ocupações e as tarefas do movimento secundarista; 3) Carta da Corrente Proletária da Educação/POR aos estudantes secundaristas. As demais contribuições não puderam ser tratadas, uma vez que a discussão sobre o movimento de ocupação ganhou tal importância que exigiu mais tempo.

Como parte da Conferência, também foi apresentado as formulações de Trotsky sobre a juventude (“A obediência cega, a disciplina revolucionária e a juventude, abril de 1933”; “Para a formação de uma organização juvenil revolucionária”, novembro de 1938”; “Por um movimento juvenil independente”, novembro de 1938; “Um nome revolucionário para um grupo juvenil revolucionário”, dezembro de 1938; “Discussões com Trotsky”, junho de 1940).

Agregamos a este folheto uma breve exposição sobre as contribuições de Lênin e Trotsky para a formulação de uma política revolucionária voltada a organizar a juventude e elevar a sua consciência socialista.

O que foi a Conferência da Juventude Nacional do POR

Após a realização do XVIII Congresso Nacional do POR, a militância e os simpatizantes poristas se reuniram, nos dias 18 e 19 de janeiro, em Conferência da Juventude. Pontos programáticos do documento *“O capitalismo só tem a oferecer a barbárie; somente o socialismo pode dar uma perspectiva de vida plena à juventude”* nortearam a discussão, que tratou de analisar a situação do jovem no capitalismo decadente e os levantes de resistência, como as ocupações das escolas pelos estudantes secundaristas. Estiveram presentes delegações dos estados em que o POR atua, secundaristas do movimento de ocupação e um camarada chileno que expôs a recente experiência do movimento estudantil em seu país.

A conferência foi aberta com a apresentação das principais teses dos pontos programáticos para a juventude, que são: 1) o capitalismo é um sistema social em decomposição, onde se encontra polarizada a riqueza de poucos e a miséria da maioria; 2) a base da decomposição está na grande propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho; 3) precisamente, a fase de decomposição do capitalismo é caracterizada como a fase última, de transição ao socialismo, denominada por

Lênin de imperialismo; 4) o capitalismo é um sistema que se desenvolve de maneira desigual, de um lado estão as potências imperialistas com elevada capacidade produtiva e concentração de riqueza e, de outro, se encontram as semicolônias, que preservam formas de produção pré-capitalistas e estão submetidas ao capital internacional ; 5) o século XX foi marcado por guerras, revoluções e contrarrevoluções. As 1ª e 2ª Guerras Mundiais expuseram o esgotamento histórico do capitalismo, mergulharam a humanidade na barbárie e suas tendências bélicas expressam o choque entre as forças produtivas, altamente desenvolvidas, e as relações de produção; 6) a Revolução Russa rompeu um dos elos do capitalismo mundial e abriu caminho para a transição ao socialismo, tendo o proletariado como a classe revolucionária; 7) a destruição da III Internacional por Stálin liquidou o partido mundial da revolução socialista, desembocando na vitória da contrarrevolução e na crise de direção revolucionária; 8) a IV Internacional se constituiu em defesa da revolução mundial, contra a restauração capitalista. Não se sustentou organizativamente em virtude das diversas correntes revisionistas. Porém, mantêm-se vigentes seus fundamentos, bandeiras e tarefas estratégicas; 9) a juventude oprimida deve assumir a tarefa de superar a crise de direção; 10) o capitalismo em decomposição somente tem a oferecer à grande maioria dos jovens a pobreza, miséria, obscurantismo e violência; 11) a barbárie capitalista se manifesta sobre o jovem por meio do desemprego, confinamento social nos bairros pobres, aliciamento pelo narcotráfico, extermínio pela polícia, racismo e encarceramento; 12) diante da crise estrutural do capitalismo, iniciada em 2008, cresce o número de refugiados na Europa, os jovens são discriminados e marginalizados; potencia a xenofobia; 13) a resposta ao avanço da reação se dará pelas reivindicações que unem os explorados, em resistência anti-imperialista e em defesa das nações oprimidas; 14) o sistema capitalista é anárquico, não é possível planejar a economia mundial. A consequência inevitável é a devastação da natureza, inso-

lúvel no capitalismo; 15) A juventude deve se colocar sob a bandeira de socialismo ou barbárie, fortalecendo o combate do proletariado pela emancipação da humanidade do jugo capitalista.

Relatos e lições do movimento de ocupação das escolas

Na sequência, os presentes se reuniram em grupos onde lido e discutido o documento e relatadas as experiências das ocupações em São Paulos. Destacaremos a seguir duas delas. **Escola Anhanguera:** uma das últimas escolas a ser ocupada e, após 53 dias, a última a ser desocupada. O POR, junto com os professores independentes, manteve-se presente até o último dia de ocupação, mesmo tendo por linha política – após a suspensão da “reorganização” pelo governador - a defesa da desocupação organizada (fortalecimento do comando unificado e organização dos grêmios independentes e de luta). Os estudantes, em assembleia, decidiram pela desocupação. Não foi obra do governo ou da diretoria de ensino, mas uma ação independente dos estudantes que aprenderam a se organizar coletiva e democraticamente. Debates foram organizados. A necessidade da autodefesa do movimento, por meio do fortalecimento dos comitês contra a repressão; a importância do partido revolucionário com a estratégia e a tática do proletariado para a tomada do poder da burguesia foram questões discutidas com os estudantes. Alguns puderam distinguir os partidos da burguesia e o revolucionário e hoje veem a importância da organização partidária.

Mauá: na cidade de Mauá, ao todo foram quatro escolas ocupadas, nas quais os estudantes assimilaram o método da classe operária e passaram a se organizar por meio das assembleias. Constituiu-se uma frente entre estudantes e professores. Algumas correntes políticas intervieram, dentre elas o PSol e o POR. Uma dessas escolas esteve sob forte repressão do Estado, mas todas as quatro só desocuparam após Alckmin ter anunciado a suspensão da reorganização.

Foram feitos outros relatos, que já constam no Jornal Massas 512. Das experiências, incluindo a de outros estados, concluímos que: 1) a “reorganização” das escolas em São Paulo é uma política geral, aplicada em outros estados, que recebem outros nomes, mas possuem o mesmo conteúdo de fechamento de escolas, precarização e destruição de direitos, a exemplo da Paraíba: 250 escolas fechadas, e de Rondônia: “reordenamento”, em que parte das escolas estaduais serão municipalizadas; 2) a ocupação em São Paulo repercutiu em outros estados, como é o caso das ocupações da 24 escolas em Goiás e uma escola no Ceará; 3) a crise de direção se manifestou no movimento secundarista na forma da condução dos “autonomistas”. São contrários à organização partidária, são sectários e, fundamentalmente, agiram de maneira inconsequente ao dividir o movimento e sustentar a bandeira de cancelamento em oposição à suspensão da reorganização, cobrando dos estudantes que mantivesse a ocupação, sem que tivessem forças para alcançar o cancelamento. Abstendo-se de organizar o movimento por meio dos Comandos Unificados e da reestruturação dos grêmios independente da burocracia estudantil e do governo do estado; 4) o movimento dos secundaristas iniciou e assimilou elementos da greve dos professores de 92 dias – por meio dos boicotes às aulas dos professores fura-greve, atos e bloqueios de ruas e participação nas assembleias dos professores; 5) a repressão não se deu de maneira mais intensa sobre os secundaristas porque o movimento conquistou o apoio popular. O Estado não se exime de reprimir jovens menores; as matanças na periferia, a Lei de redução da maioridade penal e as cadeias – Fundação Casa – são provas da ação do Estado Policial sobre a juventude menor de idade. O diferencial esteve no apoio da população ao redor da luta por uma reivindicação tão elementar; 6) a tarefa imediata do movimento secundarista é a formação dos GRÊMIOS INDEPENDENTES E DE LUTA; 7) acerto da linha política do POR ao levantar as bandeiras de “ESCOLA FECHADA, ESCOLA OCUPADA” e “BLOQUEIO DAS GRANDE AVENIDAS”. A posição pro-

gramática do POR permite que levantemos bandeiras que expressem a tendência de luta das massas, que vão além de nossas forças organizativas. Precisamente, entrevistamos em várias escolas. As ocupações alcançaram 220 escolas e se alastraram para outros estados.

Experiência Chilena

O camarada do Chile expôs a reforma educacional, imposta pelo imperialismo, iniciada no governo de Pinochet, quando se implantaram todas as medidas legais para a destruição da educação pública e consolidação da educação privada. Coube ao governo democrático, pós ditadura militar, implementar as medidas ditadas pelos organismos internacionais. Isso se passou na década de 90, quando as massas estudantis tomaram as ruas do Chile, levantando a bandeira de “escola de qualidade”. O movimento não teve força para barrar a política imperialista. Não se tratava de uma especificidade do Chile, mas de uma política educacional do imperialismo para a América Latina. O Chile foi apenas o modelo mais bem acabado. Era preciso erguer uma Frente Única Anti-imperialista da América Latina contra a destruição de um direito democrático, educação.

Com a reforma, estudava apenas quem podia pagar e nas poucas escolas públicas que restavam se aplicavam provas de seleção em todos os níveis de transição: os equivalentes a fundamental 1, fundamental 2, ensino médio e superior. A consequência imediata foi a redução do nível cultural da população chilena e aumento do índice de analfabetismo. Em 2011, estourou novamente o movimento estudantil nas ruas, incluindo o universitário, conhecido como a “revolta dos pinguins”. Avançava-se nas bandeiras. O movimento agora reivindicava educação pública e gratuita a todos. Mas avançou também o controle das direções burocráticas, que desviaram o movimento para o parlamento, a “bancada da educação”. O movimento foi novamente desviado de seus objetivos e de seu método de luta.

A ausência de uma direção revolucionária não possibi-

litou que o movimento avançasse em seus métodos e na sua política. Foi facilmente iludido pela política reformista. A experiência chilena e a recente tentativa do governo do estado de São Paulo de fechar 93 escolas mostram que o capitalismo em decomposição não garante os direitos democráticos. Sua conquista passou para as mãos da classe operária.

As bandeiras que traduzem o programa revolucionário

Da rica discussão, do primeiro dia da Conferência, surgiu a proposta de um manifesto onde estivessem contidas as bandeiras de defesa da vida da juventude. Assim foi feito. O segundo e último dia foi encerrado com a leitura de um manifesto, que saúda a Conferência e defende as seguintes bandeiras: *emprego e salário; jornada de trabalho combinada e compatível com a jornada de estudo; por uma escola única, pública, laica, científica, vinculada à produção social, sob controle operário; fim de todas as formas de discriminação; dissolução da polícia e todo aparato repressivo do Estado burguês; por direitos democráticos e livre organização e manifestação; em defesa dos povos oprimidos e pelo direito à autodeterminação.*

Assim se encerrou a Conferência Nacional da juventude do POR. Entendendo que não há futuro para a juventude no interior do capitalismo. A decomposição e destruição de parcelas crescentes de jovens entregues à miséria, ao desemprego, ao narcotráfico, confinados nos bairros pobres, sujeitos às prisões, discriminados e manifestações da decomposição do sistema capitalista.

As ocupações das escolas pelos secundaristas estão de acordo com as tendências de luta de classes mundial. Esta juventude segue os rumos das manifestações multitudinárias de 2013, que recorreu aos métodos da ação direta. No entanto, como a classe operária, o campesinato e os movimentos populares, a juventude necessita de direção revolucionária.

Se sobre a juventude recai o peso do capitalismo em

decomposição, recai também a ausência da IV Internacional. Por isso, a juventude deve se erguer para superar a crise de direção revolucionária. A juventude deve se vincular à classe operária, construir o partido operário revolucionário, lutar pela reconstrução da IV Internacional e, assim, se levantar como uma força viva na libertação da humanidade. Novas relações socialistas de produção hão de libertar as forças produtivas. Esse é o caminho das transformações históricas e do fim da barbárie.

Viva a Conferência Nacional da Juventude do POR!

Viva a Luta dos Estudantes Secundaristas!

Viva a reconstrução da IV Internacional!

Viva a Revolução Proletária e a Libertação dos oprimidos!

Manifesto da Conferência Nacional da Juventude

À Juventude oprimida

Depois da realização do XIII Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR), nos dias 16 e 17 de janeiro, a juventude se reuniu em sua Conferência Nacional. O objetivo fundamental foi o de discutir os problemas que afetam a juventude oprimida do Brasil e do mundo e aprovar uma orientação que permita ao POR ir ao encontro de suas aspirações. O movimento de ocupação das escolas no estado de São Paulo demonstrou que não há outro caminho a não ser o da luta.

A Conferência se baseou nos relatos de participantes do movimento de ocupação. Os estudantes secundaristas se colocaram pela defesa da escola pública e contra o seu desmonte pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB). O fato do governador ter sido obrigado a retroceder no seu plano de “reorganização” das escolas foi uma vitória do movimento estudantil e dos professores. O que se passou em São Paulo demonstra que os governos estão dispostos a sacrificar a educação em favor dos interesses da classe capitalista. O mesmo se pode dizer em relação à saúde.

Nos dias em que acontecia a Conferência, o movimento contra o aumento das tarifas do transporte protestava nas

ruas de São Paulo e era reprimido pela polícia. A juventude se encontra diante de um sistema educacional decadente e das péssimas condições de saúde e transporte.

A Conferência demonstrou que esses obstáculos ao desenvolvimento dos jovens são apenas um lado dos problemas que os atingem. E que por isso é preciso destacar que o desemprego, o subemprego, os baixos salários e as extensas jornadas de trabalho são responsáveis pela pobreza e miséria que esmagam as massas juvenis. Em meio a tamanha adversidade, as potencialidades criadoras da juventude são mutiladas.

A Conferência não se limitou a descrever a terrível situação da juventude oprimida. Expôs as suas raízes e as causas principais. Encontram-se na exploração capitalista do trabalho. É desta fonte que emana a pobreza e a miséria da maioria. Não se pode responder e lutar consequentemente contra qualquer um dos sintomas que expressam a mutilação da juventude a não ser lutando contra a exploração do trabalho e o domínio político da burguesia sobre a classe operária e demais trabalhadores.

As nefastas consequências são tão profundas que camadas inteiras da juventude se desintegram. Milhares e milhares não têm emprego, nem vão à escola. Milhares e milhares são empurrados para a marginalidade. Lá está o mundo do crime à espera de quantos mais virão forçados pelo desmoronamento de suas famílias e de suas relações sociais. Lá também está a polícia pronta para matar. A mortandade de jovens é o espelho da barbárie capitalista.

A Conferência prestou especial atenção à situação de pobreza e miséria de um grande contingente de jovens porque é daí que se pode identificar ao mesmo tempo as causas e as consequências da opressão. Pode-se, também, reconhecer as camadas mais afetadas pela violência policial do Estado e pela violência da discriminação social. Não por acaso a Conferência prestou atenção à juventude negra que vive confinada nos bairros miseráveis, nas favelas e cortiços. Sobre ela recai o maior peso da barbárie. Está aí por que o programa que leva a juventude a enfrentar

a opressão capitalista é o do proletariado. A Conferência reconhece a necessidade de organizar o movimento vinculado à luta da classe operária.

É preciso ainda dizer que a Conferência também considerou de extrema importância incorporar no movimento da juventude as massas juvenis da classe média pobre. Se é certo que estas não padecem da mesma forma e com a mesma intensidade as consequências da opressão, é igualmente certo que não estão livres da opressão e da barbárie. Não é porque podem percorrer um trajeto do caminho escolar, não é porque não estão tão vulneráveis à violência social e não é porque a miséria não as assombra que não tenham de se lançar à luta contra a opressão e a barbárie.

A burguesia e seus governos tudo fazem para evitar que a juventude se desperte para a política revolucionária do proletariado. Utilizam de todos os recursos possíveis para manter os jovens sob sua tutela. As escolas, as igrejas, os meios de comunicação etc. cercam a juventude e a canalizam para o individualismo e para a passividade. No entanto, a rebeldia dos jovens se choca com esses aparatos de dominação. As manifestações, bloqueios, ocupações de escolas e protestos nos bairros constantemente rompem os elos da cadeia que amordaçam a juventude oprimida. As ocupações das escolas em São Paulo e as manifestações de rua contra o aumento das tarifas do transporte indicam a necessidade da juventude enfrentar os seus opressores. Os protestos nos bairros contra as chacinas de jovens pela polícia dizem NÃO à violência antioperária do Estado burguês. O que quer dizer que vivemos o momento em que a juventude está obrigada a se lançar à luta.

A Conferência discutiu a situação presente da juventude no Brasil, procurando identificar o que se passa com a juventude em outras partes do mundo e, particularmente, na América Latina. Destacou-se a experiência do movimento secundarista chileno. Muitas foram as lições de seus protestos contra a escola mercantilizada. Mas uma das lições mais importantes é que o movimento secunda-

rista desse país sofreu um retrocesso devido às suas direções políticas. Inicialmente controlados pelos “autonomistas” concluiu controlado pelos partidos de orientação burguesa ou pró-burguesa. E o fato do movimento operário chileno se encontrar em refluxo impossibilitou que o vigoroso movimento avançasse e se impusesse diante do governo burguês. Essa lição também serve para nossa luta no Brasil.

A Conferência ressaltou o papel da juventude na construção do partido revolucionário. Partindo da defesa das reivindicações que defendem a vida da juventude, coloca-se o objetivo de elevar sua consciência revolucionária socialista. Somente a militância empenhada a fundo em confluir o movimento de revolta dos oprimidos com o programa da revolução proletária pode ajudar as massas juvenis a encontrar no socialismo o caminho de sua libertação.

A Conferência vem perante a juventude oprimida chamá-la a construir o partido do proletariado, que por sua orientação histórica e programática é marxista, leninista, trotskista. Vem diante da juventude chamá-la a abraçar o internacionalismo que une todos os explorados contra o capitalismo e contra a dominação imperialista.

De nossa parte, nos comprometemos com a juventude oprimida a estar à frente de seu combate aos opressores. Comprometemo-nos a trabalhar pelas reivindicações e pela organização independente dos explorados. Comprometemo-nos a dedicar toda nossa energia para que a juventude se una à classe operária em seu objetivo histórico de expropriar a burguesia e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

A Conferência vem perante a juventude chamá-la a lutar por emprego e salário; por uma jornada de trabalho combinada e compatível com a jornada de estudo; por uma escola única, pública, vinculada à produção social (ao trabalho), sob o controle de quem estuda e trabalha. Vem perante a juventude chamá-la a construir os grêmios livres em todas as escolas e a organizar-se independentemente

da política burguesa. Vem perante a juventude chamá-la a reconquistar suas organizações regional e nacional, como a UBES, UMES. Vem perante a juventude chamá-la a enfrentar todo tipo de discriminação e todo tipo de violência capitalista. Vem perante a juventude a chamá-la a lutar pela dissolução da polícia e de todo aparato de repressão da burguesia. Vem perante a juventude a chamá-la a levantar alto as bandeiras políticas do direito de livre manifestação do explorados. Vem perante a juventude a chamá-la a se solidarizar e a defender os povos oprimidos contra o domínio imperialista e pelo direito à autodeterminação.

Viva a luta da juventude oprimida contra o capitalismo decadente e bárbaro!

19 de janeiro de 2016

O capitalismo só tem a oferecer a barbárie; somente o socialismo pode dar uma perspectiva de vida plena à juventude

1. O capitalismo é um sistema social em decomposição. A sua gigantesca capacidade de produção, sua avançada ciência e a sua extraordinária riqueza não se convertem em bem para a humanidade. De um lado, a ultra minoria burguesa esbanja consumo, bem-estar e riqueza; de outro, a grande maioria explorada sobrevive à mingua, padece com a pobreza e miséria crônicas e suporta todo o peso da crise estrutural do capitalismo. É próprio do regime capitalista que suas leis de funcionamento reproduzam a polarização entre riqueza e pobreza; entre a minoria abastada e a maioria miserável.
2. A grande propriedade dos meios de produção e a exploração da força de trabalho pela classe burguesa estão na base de sua decomposição. Por meio dessas relações, a burguesia levou o capitalismo à sua fase superior e última de desenvolvimento, que é a do imperialismo. Desde o final do século XIX, impera o capital financeiro. Do sistema liberal e colonial, o capitalismo evoluiu para o sistema monopolista e imperialista. Está aí por que Lênin caracterizou a fase imperialista como de domínio do parasitismo financeiro, de decomposição e de transição para o socialismo.
3. O capitalismo da fase imperialista se constitui em blo-

queio ao desenvolvimento das forças produtivas, que são compostas pela força de trabalho e pelos meios de produção. Observa-se esse fenômeno na existência de um grande contingente de desempregados, da informalidade, do subemprego, da desqualificação de maior parte da força de trabalho, da concentração da ciência e tecnologia pelas potências, da destruição físico-mental de uma massa de famintos, da ociosidade na capacidade de produção, etc. A tendência geral é de agravamento da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção monopolistas.

4. O desenvolvimento desigual do capitalismo nunca pode ser resolvido. Ao contrário, uma importante quantidade de países ainda conserva formas de produção pré-capitalistas e de profundo atraso cultural, enquanto que as potências atingiram uma escala tão elevada de capacidade produtiva e de concentração de riqueza que não têm como avançar muito mais. Não há outra via para os monopólios e o capital financeiro a não ser penetrar mais fundo nos países de capitalismo atrasado e saqueá-los. As massas nas semicolônias arcam com o peso da exploração do grande capital e do parasitismo financeiro.
5. O século XX foi marcado por guerras, revoluções e contrarrevoluções. Grandes crises econômicas estremecearam os pilares do capitalismo. A 1ª Guerra Mundial se ergueu como um marco do esgotamento histórico do capitalismo. A sociedade de classes mais avançada que se teve mergulhou a humanidade na barbárie. A 2ª Guerra Mundial resultou em destruição de forças produtivas em escala ainda maior, provocou um grande retrocesso nas relações entre os povos e intensificou o domínio das potências. O nazifascismo expôs a face reacionária em toda linha do capital financeiro. A 1ª e a 2ª Guerras não deixaram dúvidas de que o capitalismo da época imperialista abriga em suas entranhas as tendências bélicas, que, por sua vez, expressam o choque entre as forças produtivas e as relações de produção.
6. No seio do capitalismo decadente, o proletariado, po-

rém, demonstrou ser a classe revolucionária por excelência. Sob a direção do partido bolchevique derrotou a burguesia, instaurou a ditadura de classe da maioria oprimida e transformou a grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. A Revolução Russa rompeu um dos elos do capitalismo mundial e abriu caminho para a transição ao socialismo. A bandeira “socialismo ou barbárie” foi hasteada sobre os escombros da guerra. Outras revoluções foram protagonizadas pelas massas em luta. O capitalismo reserva tão-somente opressão e guerras. O socialismo libertará a humanidade da escravização do homem pelo homem.

7. A interrupção na transição do capitalismo para o socialismo constituiu uma vitória da contrarrevolução. Os acontecimentos comprovaram que a luta da Oposição de Esquerda Russa e Internacional contra o revisionismo estalinista do bolchevismo foi inteiramente correta. A destruição da III Internacional por Stálin liquidou o Partido Mundial da Revolução Socialista, que se ergueu sobre as conquistas da Revolução Russa. A burguesia mundial, assim, se viu livre da organização e centralização internacional do proletariado. Abriu-se o caminho para o avanço da restauração capitalista. Sem a direção mundial, a vanguarda revolucionária se dispersou, degenerou e sofreu profundas derrotas em toda parte. Instaurou-se a crise de direção revolucionária.
8. A IV Internacional se constituiu em defesa da revolução mundial. O seu Programa de Transição sintetiza a luta de vida e morte contra a restauração capitalista e expressa a necessidade de organizar uma nova direção marxista-leninista. Seus fundamentos, suas bandeiras e tarefas estratégicas se mantêm atuais. No entanto, a IV Internacional se dilacerou nos anos 50 e 60 com o revisionismo, que julgou possível que o estalinismo pudesse ocupar um lugar progressivo na luta mundial pelo socialismo. A sua divisão e fragmentação em inúmeras tendências agravaram a crise de direção.
9. Os processos revisionistas que levaram à destruição

da III Internacional e que inviabilizou a continuidade organizativa da IV Internacional explicam o gigantesco retrocesso teórico e programático da vanguarda. Todos os esforços da militância revolucionária devem, portanto, se concentrar em construir os partidos revolucionários. Trata-se de conhecer profundamente a realidade em que vivemos para desde o seio do proletariado e dos demais explorados lutar pelas transformações. A juventude oprimida tem muito a contribuir com a tarefa de superação da crise de direção revolucionária.

10. O capitalismo em decomposição somente tem a oferecer à grande maioria dos jovens a pobreza, miséria, obscurantismo e violência. As suas capacidades físicas, intelectuais e criadoras são em grande medida sufocadas e deformadas, quando não mutiladas. O desemprego impossibilita que um grande contingente de jovens se forme na produção social e que encontre algum sentido na existência. Os empregados são submetidos a brutais jornadas, ao regime de opressão, aos baixíssimos salários e a alienação de suas potencialidades humanas. A concorrência em todos os aspectos da vida social canaliza o espírito coletivo da juventude para o individualismo. A sociedade de classes reforça constantemente os aspectos negativos e destrutivos à vida da juventude.
11. Assistimos ao avanço da barbárie capitalista que desaba sobre os jovens. O desemprego e a miséria desintegram as famílias operárias, que não têm como orientar e proteger seus filhos. Criam-se verdadeiros confinamentos sociais nas favelas, cortiços e bairros miseráveis. Perdem-se os vínculos com a escola. Muitos são arrastados para o crime. O narcotráfico canaliza significativas parcelas nestas condições. Oferece-lhes uma fonte de existência e um fim trágico, quase sempre prematuro. A juventude negra arca com o odioso racismo. A polícia descarrega sua violência a essas camadas mais oprimidas. As chacinas de jovens negros e pobres se naturalizaram nas favelas de nosso país. As cadeias e penitenciárias estão repletas de jovens, a maioria de

negros. O racismo se intensifica e se prolifera com a barbárie, expondo seu conteúdo de classe. O capitalismo em decomposição atinge, indistintamente, toda juventude oprimida.

12. A crise econômica que eclodiu em 2008 vem demonstrando que não há outra solução burguesa que não seja descarregá-la sobre os explorados e as nações oprimidas. A juventude europeia está pagando caro com a ausência de uma direção revolucionária. Os jovens imigrantes são os que mais padecem. São discriminados e marginalizados nos países mais avançados e civilizados. A xenofobia vem se potenciando. Partidos e organizações direitistas não receiam em apresentar a via do fascismo. Os campos de refugiados no coração da Europa, as cercas construídas nas fronteiras, a repressão policial, as mortes na travessia do Mediterrâneo e a destruição de acampamentos pelos grupos fascistas põem à luz do dia as chagas incuráveis do capitalismo putrefato.
13. Em todo o mundo, as massas estão obrigadas a se defenderem contra as nefastas consequências da crise estrutural do capitalismo, as medidas econômicas do grande capital e a crescente pauperização. Ganham importância as reivindicações que unem os explorados em um só movimento que se choca com os pilares do capitalismo. Torna-se cada vez mais visível a necessidade da resistência anti-imperialista e pela defesa das nações oprimidas. As bandeiras democráticas impulsionarão as lutas contra a destruição físico-mental de parcelas crescentes da juventude, contra o racismo, contra a xenofobia e contra as tendências fascistas que se abrigam nas camadas de classe média.
14. O capitalismo destrói a natureza e assim as próprias condições de vida da humanidade. Não há acordo que possa planejar a economia mundial em um sistema de cooperação racional. Não há tecnologia que possa por si só modificar as leis econômicas que reproduzem incessantemente a anarquia da produção social. Ao submeter a natureza às leis da exploração do trabalho

e da acumulação de capital, o capitalismo movimentou forças cegas que interferem nas leis de equilíbrio e transformação da natureza. A devastação não resulta da necessidade de sobrevivência do homem, mas da anarquia social da produção. A economia planificada é a condição para brevar a voraz destruição do sistema ecológico. Para isso, a grande propriedade privada dos meios de produção deve ser transformada em propriedade social. A burguesia deve ser expropriada do poder econômico e político por meio da revolução proletária. É do interesse das gerações futuras a preservação das condições naturais de existência. Há que rejeitar a farsa montada pelo imperialismo saqueador sobre o “desenvolvimento sustentável”, as “novas matrizes energéticas”, a “economia verde”, “educação ecológica” etc.

15. A juventude revolucionária se coloca sob a bandeira de “socialismo ou barbárie”. A fonte da barbárie se encontra justamente na escravização do homem pelo homem. A campanha imperialista de que o comunismo fracassou e que o capitalismo é a sociedade mais avançada possível e indestrutível não se sustenta. A restauração que destruiu a União Soviética regrediu profundamente a economia, a vida social e a cultura em toda a região. A guerra civil na Ucrânia e sua divisão expõe o sentido da restauração capitalista: a mais completa submissão às potências. No Leste Europeu, os países que outrora iniciaram a transição para o socialismo se acham curvados diante do capital financeiro. A China tem servido aos interesses das multinacionais e suas forças produtivas colocadas a serviço do capitalismo mundial. A regressão histórica não faz senão demonstrar que a burguesia parasitária e suas instituições arcaicas têm de ceder lugar a uma sociedade em que o homem não administre o homem, mas tão somente a sua base material. Sob a bandeira de “socialismo ou barbárie”, a juventude revolucionária fortalecerá o combate do proletariado pela emancipação da humanidade do jugo capitalista.

As ocupações e as tarefas do movimento secundarista

O movimento de ocupação de escolas no estado de São Paulo constituiu-se em um acontecimento que trouxe importantes lições. Trata-se de compreendê-las e determinar as tarefas do movimento secundarista. Essa avaliação será discutida na Conferência Nacional da Juventude do POR, em janeiro.

1. O governador Geraldo Alckmin se surpreendeu com as ocupações de escolas iniciadas em novembro e que atingiu 220 unidades. Mas a reação dos secundaristas também não era esperada pelo movimento de professores, que deu início à luta contra o plano de “reorganização” da rede. As ocupações das Escolas Estadual Diadema e Fernão Dias Paes deram partida à resistência da juventude. Em um crescendo, o movimento chegou a inúmeras escolas do interior do estado. A extensão da ocupação e a projeção da resistência em mobilizações de rua demonstraram uma tendência geral de luta no seio dos oprimidos.
2. O governo e o seu secretário da Educação avaliavam que os ocupantes não aguentariam por muito tempo. Alckmin ameaçou com o despejo, cercou as escolas com a polícia, utilizou os diretores para convencer os

pais a arrancarem os jovens das ocupações e em alguns bairros a polícia se valeu de marginais para depredar e amedrontar. Essas medidas reforçaram o movimento externo de apoio, com professores e ativistas sindicais montando vigilância na entrada das escolas. Alckmin observou que teria de agir com mais vigor policial. O que poderia fortalecer ainda mais o rechaço à “reorganização”, que previa o fechamento de 93 escolas, a implantação de unidades de ciclo único, envolvendo 754 prédios escolares, e transferências e demissões de centenas de professores e funcionários.

3. O escandaloso plano não contou com o apoio das camadas pobres da população que seriam as mais afetadas. Embora não houvesse manifestações diretas dos pais, ficou claro para o governo que estes não aceitavam as pressões em prol da volta às aulas. Muitos foram os conflitos nas portas das escolas envolvendo agentes da Secretaria da Educação que forçavam romper a resistência em cada unidade isoladamente. Até mesmo a imprensa reacionária se mostrou reticente em condenar a reivindicação de cancelamento da “reorganização”. A justiça, por sua vez, não teve como escorar o governador. Sob pressão do movimento dos professores, das ocupações, das manifestações de rua e do descontentamento das famílias prejudicadas, a Justiça chegou a dar causa a petições da Apeoesp. O isolamento político do governador foi importante para a vitória do movimento.
4. A combinação da ocupação com a mobilização de rua foi decisiva para projetar a luta e evidenciar para a população que a “reorganização” era uma medida contrária às necessidades da escola pública. Os estudantes com as carteiras de estudo saíam pela cidade em passeatas e bloqueavam importantes vias de tráfego. Nos bairros, inúmeras manifestações contaram com o apoio da população. Os cercos policiais, as prisões, os espancamentos e as intimidações não arrefeceram os ânimos dos lutadores. A juventude discutia, respondia

com palavras de ordem extraídas no calor das mobilizações e se dirigia à população dos bairros pobres exortando apoio.

5. A greve de 92 dias dos professores (março a junho) em defesa dos salários e das condições de trabalho politizou as escolas e expôs a política destrutiva do governo do PSDB perante a população que depende do ensino público. Foi uma greve marcada por gigantescas assembleias, manifestações de rua e bloqueios no trânsito. Não saiu vitoriosa quanto às reivindicações, mas golpeou politicamente o governador. Evidenciou seu plano de “ajuste fiscal”, tal qual vem fazendo o governo de Dilma Rousseff, do PT.
6. A inflexibilidade de Alckmin e do secretário Voorwald às reivindicações dos professores imediatamente revelou seu fundo político com a apresentação do plano de “reorganização”. Desta vez, golpeava ao mesmo tempo as famílias operárias e de classe média pobre; atingia também uma significativa parcela de professores. A reação da Apeoesp, a volta das gigantescas assembleias, passeatas e bloqueios, agora, contra a “reorganização”, assinalaram o caminho da resistência para os secundaristas. Despontou uma vanguarda que começou apoiando os professores mobilizados e hostilizando os acomodados que não se sentiam atingidos. Preparava-se o caminho da mobilização estudantil. Professores e estudantes estavam obrigados a se unirem em uma só força contra Alckmin/Voorwald.
7. Em seu boletim de 20 de outubro, a Corrente Proletária da Educação lançou a bandeira “Escola fechada, escola ocupada”. Defendeu-a na Assembleia dos professores, que a aprovou. Nesse momento, estudantes já participavam da luta, apoiando os professores. Tomaram para si a bandeira da ocupação e a iniciaram no começo de novembro. Os professores não se lançaram à ocupação, mas passaram a defendê-la com o movimento externo. A Apeoesp auxiliou com apoio material e político. A União Brasileira dos Estudantes Secun-

- daristas (UBES) caiu das nuvens para dentro do movimento. A Assembleia Nacional dos Estudantes (ANEL), por sua vez, foi arrastada pela atração da juventude mobilizada. Estava configurado um movimento de frente única: Apeoesp, UBES, UMES, ANEL e correntes de esquerda, entre elas o POR. Todos contra o plano Alckmin/Voorwald; todos pela derrota do governo.
8. No dia 4 de dezembro, o governador não mais resiste e faz um comunicado à imprensa dizendo que suspendia a “reorganização”. O Secretário da Educação renunciava ao cargo. Essa decisão foi surpreendente, uma vez que esse mesmo governo combateu implacavelmente a heróica greve de 92 dias dos professores. Foi surpreendente porque pretendia com essa medida avançar o ajuste fiscal.
 9. A circunstância em que se deu o recuo de Alckmin é muito importante. Os estudantes realizavam uma grande manifestação, desciam a Av. Consolação e se dirigiam à Secretaria da Educação. Os professores estavam reunidos na escola Caetano de Campos, também estava ocupada. Preparavam-se para a assembleia conjunta. A tropa de choque fustigava a manifestação estudantil e cercava as imediações da Praça da República. Diante da chegada dos estudantes e do soar das bombas lançadas pela polícia, os professores saíram da reunião e foram ao encontro dos manifestantes. O quadro era de confronto com a tropa de choque. Alckmin, certamente, com a decisão amadurecida, decidiu pelo recuo.
 10. O movimento se viu diante de uma vitória inesperada. A sua capacidade de mobilização não alcançava para tanto. Mas a situação política estava em seu favor. Vinte e cinco dias de ocupação em 220 escolas e manifestações quase que diárias simultaneamente convocadas em vários pontos de São Paulo, sem dúvida, obrigaram o governo a decidir se aumentaria a repressão ou cederia. O risco de arrancar os ocupantes à força e golpear duramente as ocupações de avenidas era o de fortale-

cer a luta, quebrando a passividade ou a semi-passividade dos estudantes que permaneceram à margem dos acontecimentos e na expectativa do que poderia acontecer. Poderia também ampliar a participação dos professores e de populares. Ainda estão na memória dos explorados e dos governos as jornadas de junho de 2013. O governo que enfrentará as eleições municipais e que é parte da oposição que objetiva o impeachment de Dilma Rousseff pensou muito sobre as condições que amparavam a resistência de professores, estudantes e pais. A inflexibilidade com que tratou a greve da Apeoesp já havia deixado suas marcas negativas diante das massas. De maneira que os fatores circunstanciais potenciaram o movimento de ocupação.

11. A vitória não foi reconhecida por todas as forças políticas. Os “autonomistas” afirmaram que suspensão não era revogação do plano de “reorganização”. Passaram a contrapor uma forma a outra, objetivando manter as ocupações. Não lhes importava se havia condições políticas e organizativas ou não para continuar. Desconheciam o impacto que teve na população a decisão governamental de suspender a aplicação. Não lhes preocupava se Alckmin passava a ter ou não argumentos para colocar os pais e professores contra as ocupações. Era-lhes indiferente a heterogeneidade das ocupações, sendo que parte delas já não se sustentava. Sem nenhuma avaliação das forças do movimento para avançar diante de uma virada na situação com a suspensão da “reorganização” e sem considerar o custo do isolamento cada vez maior das escolas mais resistentes à volta, os autonomistas continuaram com a bandeira de “suspensão não é revogação”.
12. O “autonomismo” se mostrou que é subjetivista e voluntarista. A negação da teoria revolucionária como guia para a prática, da análise materialista-dialética como necessária para avaliar a correlação de forças no combate e a negação do partido revolucionário como condição para a unidade programática das massas em

ação não lhes permite entender que a radicalização dos métodos de luta não é obra de nenhuma direção política, mas das tendências objetivas das massas. Evidentemente, a direção pode auxiliá-las com a política revolucionária em sua radicalização. A ação pela ação é marca dos autonomistas, que se mostram amorfos. Está aí por que não admitiram a necessidade da frente única no combate e concluíram como ultra esquerdistas, sectários.

13. A UBES, dirigida pelo PCdoB, uma variante do estalinismo, não esteve na base do movimento. Interveio quando as ocupações mostraram que a juventude despertava para a luta. Utilizou de seu aparato para penetrar nas escolas e estender sua influência. A ANEL assumiu as ocupações por intermédio da frente de professores do PSTU. Também não esteve organicamente vinculada ao movimento. Distintamente, os autonomistas desencadearam as ocupações, que foram aumentando dia a dia sem que expressasse diretamente as organizações estudantis, correntes e agrupamentos amorfos. Os autonomistas, portanto, emergiram como uma força política interna. No entanto, não puderam se constituir em uma direção unificadora dos estudantes em luta. O voluntarismo e o sectarismo não permitiram que cumprissem essa tarefa, de grande importância não só para o presente das mobilizações como também para o seu futuro.
14. O POR esteve presente fisicamente em sete escolas ocupadas. Teve o mérito de ter levantado a bandeira de “Escola fechada, escola ocupada”, que expressou uma possibilidade de ação que os estudantes abraçariam. As primeiras ocupações imediatamente tornaram a bandeira, aprovada na assembleia dos professores, mas que contava com a presença de secundaristas, uma orientação para o movimento e para todas as forças políticas. No entanto, o fato de não termos uma fração da juventude organizada impossibilitou que cumpríssemos o papel de dirigentes físicos das ocupações.

Há que se considerar na luta pela direção a orientação política. Nesse sentido, o POR contribuiu significativamente, por meio das assembleias e dos materiais de agitação e propaganda. A situação de conjunto nos mostra que o POR não conseguiu transformar seu lugar de dirigente político em dirigente físico do movimento.

15. A ausência de uma direção revolucionária centralizadora deve ser considerada como expressão concreta do movimento novo da juventude. As consequências negativas nos permitem aprender com a experiência sobre a importância decisiva da direção político-organizativa. O sectarismo dos “autonomistas” e o aparelhismo da UBES/ANEL inviabilizaram a constituição de um comando político de frente única. Não foi possível, portanto, criar as condições durante o movimento para que os estudantes avaliassem os passos da luta, embora as ocupações com suas assembleias internas permitissem realizar essa tarefa. Os autonomistas criaram seu próprio comando, que como tal não tinha como dirigir o conjunto das ocupações. O erro de não admitir a vitória do movimento e de prolongá-lo artificialmente acabou por levar o fim das ocupações pela via da dissolução. A possibilidade de ganhar as ruas se esgotou. A ação política dos “autonomistas”, em grande medida, levou ao divisionismo e à fragmentação. Mesmo o comitê dos autonomistas terminou em cisão. Consideramos decisiva a luta por constituir uma direção revolucionária da juventude oprimida.
16. No dia 9 de dezembro, publicamos a “Carta da Corrente Proletária da Educação/POR aos estudantes secundaristas”, em que afirmamos a importância de reconhecer a vitória do movimento, ainda que o governo tenha recuado com a suspensão da medida. Essa avaliação implicava uma desocupação coletiva e organizada. E que assinalasse as tarefas dos secundaristas para a retomada das aulas, bem como manter a organização e a centralização do movimento. Todas as forças envolvidas

na frente única deviam fazer suas avaliações críticas, de maneira a elevar a compreensão política das massas estudantis. Mantidos um comando único e a coesão da vanguarda que sustentou as mobilizações se criariam as condições de se iniciar uma campanha pela constituição dos grêmios livres e formular um programa de reivindicações da juventude para a educação.

17. Na Carta, chamávamos atenção das forças políticas para que o fim das ocupações não se desse de forma anárquica. Reproduzimos a passagem: *“É justa e necessária a discussão coletiva sobre o alcance da decisão do governador, mas partindo do fato inquestionável de que houve uma vitória do movimento. Um balanço concreto nas escolas ocupadas, nas reuniões de representantes de ocupações e no movimento geral contra a “reorganização” é fundamental para aproveitarmos a derrota momentânea do governador e avançar em nossa organização, combatendo toda tentativa de retrocesso e de repressão (...) A formação de um comitê unitário e democrático que seja capaz de determinar uma linha de ação comum e centralizada do movimento secundarista. O nosso movimento não aproveitará bem a momentânea vitória caso se estilhace e não tenha a necessária organização a partir das escolas”*. Como se pode ver, a Corrente Proletária trabalhou para que não se rompesse a frente única e que as forças não se utilizassem da luta aparelhista contra a unidade organizativa.
18. Pela primeira vez, os secundaristas fazem a experiência da ocupação. Certamente, os exemplos da juventude chilena refletiram entre nós. Bastou uma circunstância propícia para que o exemplo dos secundaristas chilenos se tornasse força material nas escolas paulistas. Sabemos perfeitamente das limitações do movimento chileno, também marcado pela presença dos autonomistas. Há toda uma luta a ser travada contra os prejuízos anarquistas. Vimos o quanto combateram a presença dos partidos de esquerda e a organização da vanguarda sob uma linha política. Esses prejuízos

são típicos da infância do movimento. No entanto, o fator decisivo é a ausência do partido revolucionário no seio das massas e a crise de direção. Está colocada a tarefa de constituir uma direção proletária no interior do movimento da juventude.

19. Não se pode perder de vista os grandes problemas que enfrenta a juventude. A luta contra a “reorganização” é circunstancial. Deve ser tomada como um ponto de partida. As massas juvenis padecem do desemprego, da pobreza e da miséria. Esses são os motivos mais profundos que estiveram por trás do rechaço ao plano de fechamento de escolas. A pequena camada rica da juventude frequenta as luxuosas escolas particulares. Está com o seu futuro assegurado. Não se pode desconhecer, portanto, que a exploração capitalista do trabalho está na base de tudo que afeta as famílias oprimidas. Problemas como educação, saúde, transporte e moradia são o inferno cotidiano da maioria. O movimento não teve como discutir e elevar a consciência de classe dos jovens em luta, mas não deixou de colocar a necessidade de impulsionar a compreensão política.
20. A juventude oprimida precisa da escola, mas não vê nela nenhuma razão para essa necessidade. Não há uma ligação entre o estudo e o trabalho. A escola está desvinculada da produção social. Na luta, a juventude deve ser convencida de que se trata de defender uma nova escola, que se assente na unidade entre a teoria e a prática, entre a aprendizagem escolar e a sua aplicação no processo de trabalho coletivo. Não se pode, de fato, aprender e se elevar culturalmente sem que haja uma combinação entre a jornada de trabalho e a jornada de estudo. Nenhum jovem deve ficar fora da produção e da escola. Esse programa, em sua essência, é parte do programa do proletariado, que objetiva transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade socialista. Sob uma direção proletária, a juventude se interessará e defenderá a escola vinculada à produção social.

Carta da Corrente Proletária da Educação/ POR aos estudantes secundaristas

Não se deve por em dúvida que o movimento de ocupação de escolas e as manifestações de rua obtiveram uma vitória. A decisão de Geraldo Alckmin de “adiar” a implantação da “reestruturação” e a conseqüente queda do secretário da Educação alteraram o curso dos acontecimentos.

A mudança de posição do governo, evidentemente, é provisória. A “reestruturação” é um imperativo das medidas de ajuste fiscal, que parte do governo federal e chega às unidades estaduais e municipais. A crise econômico-financeira é profunda e não há alternativa para a burguesia a não ser descarregá-la sobre os explorados. Não apenas a educação está sendo golpeada. Observem que a abrangência das medidas antioperárias e antipopulares é grande.

Para nos contrapormos a essa ofensiva, é preciso um poderoso movimento dirigido pela classe operária, com um programa de combate ao capitalismo, ao imperialismo, e uma política revolucionária. Está aí por que qualquer movimento deve se colocar pela defesa das reivindicações que unificam os explorados, pelo avanço das formas de luta coletiva e pela democracia apoiada nas assembleias.

Por que dizemos isso? Por que é necessário relativizar nossa vitória momentânea, ao mesmo tempo em que valorizamos

com justeza a sua importância. Há quem ache que não foi uma vitória porque Alckmin não revogou, apenas suspendeu a aplicação da “reestruturação”. Sem dúvida, temos de ser cautelosos com a manobra. Mas não se pode desconhecer que a oficialização da suspensão é uma revogação temporária. No ano de 2016, o governo não levará adiante a mudança pretendida. Esse é o conteúdo de sua decisão.

Temos consciência de que sempre há possibilidade de manobras. Para isso, é preciso que o movimento secundarista, que retornou à luta depois de anos de paralisia, precisa sair unido, organizado e fortalecido politicamente com a vitória. Sobre a base da experiência realizada com as ocupações e protestos de rua, é possível avançar na organização dos grêmios independentes e democráticos, na constituição de uma direção revolucionária da juventude oprimida, na reconquista da UMES e UBES e na politização das massas secundaristas.

Não devemos permitir que as divergências em torno da decisão do governo de suspender, ao invés de revogar, acabem por estilhaçar o movimento. A luta nunca caminha em linha reta. É justa e necessária a discussão coletiva sobre o alcance da decisão do governador, mas partindo do fato inquestionável de que houve uma vitória do movimento. Um balanço concreto nas escolas ocupadas, nas reuniões de representantes das ocupações e no movimento geral de luta contra a “reestruturação” é fundamental para aproveitarmos a derrota momentânea do governador e avançar em nossa organização, combatendo toda tentativa de retrocesso e de repressão. Há que se constituir um comitê unitário das escolas ocupadas, cujo objetivo inicial é o de acompanhar os passos de Alckmin e do novo secretário da Educação. A formação de um comitê unitário e democrático que seja capaz de determinar uma linha de ação comum e centralizada do movimento secundarista. O nosso movimento não aproveitará bem a momentânea vitória caso se estilhaça e não tenha a necessária organização a partir das escolas. A Corrente Proletária da Educação defende que se organize imediatamente um Encontro das escolas que foram ocupadas, para fazer um balanço do movimento, preparar a

próxima etapa da luta e constituir um comitê unitário.

Abaixo destacamos alguns pontos do balanço e assinamos as tarefas que nos parecem imprescindíveis:

1. As ocupações e as manifestações de rua, com bloqueios, se mostraram acertadas como método de luta coletiva. A Corrente Proletária da Educação, em seu Boletim de 20 de outubro e na Assembleia, defendeu a bandeira: Escola Fechada, Escola Ocupada. No momento, uma parcela dos professores se mobilizava contra a “reestruturação”, estudantes e pais começavam a entender o significado da medida. A maioria dos professores permanecia passiva. O governo adestrou os diretores e as diretorias de ensino a combaterem o movimento de resistência, bloqueando ou dificultando a discussão entre os professores. Não foram poucos os embates nas escolas para que a Apeoesp pudesse ter acesso direto aos professores. A inflexibilidade de Alckmin e seu secretário da Educação era total. Não admitia nenhuma contestação do sindicato. Estava claro que o movimento dos professores não ganharia força, uma vez que a maioria estava de costas para o brutal fechamento de escolas, redução de postos de trabalho e transferência de alunos. A ocupação de duas escolas, a de Diadema e o Fernão Dias, em São Paulo, pelos estudantes modificou as condições de luta. A partir daí mais de 200 escolas foram ocupadas. O governo ameaçou com a reintegração, passou a fazer enorme pressão sobre os estudantes. A firmeza do movimento dissuadiu Alckmin. Mas a luta se projetou no momento em que os estudantes saíram às ruas com as carteiras e cadeiras e passaram a trancar importantes vias. A combinação de ocupação com mobilização em vários pontos da cidade denunciou aos pais e à população o conteúdo antipopular da “reestruturação”. Alckmin tinha duas opções, ou reprimir com maior violência nas ruas e arrancar os estudantes das escolas; ou ceder à reivindicação. Um ataque dessa proporção poderia ser o estopim para um levante da juventude e para quebrar a paralisia da maioria dos professores. Poderia também aumentar a reprovação de sua conduta entre a população. No dia 4 de dezembro, diante dos protestos na Consolação, e quando estavam sen-

do reprimidos pela tropa de choque, o governador recuou. Certamente, avaliou os danos políticos e decidiu suspender o plano. Esse processo mostra que foi uma vitória do movimento estudantil secundarista.

2. Não se pode desconhecer que a crise política, o crescente descontentamento dos explorados com o desemprego, alta do custo de vida, violência policial nos bairros pobres, etc. e as tendências de luta que se gestam no seio das massas contribuíram para que o inflexível governador do PSDB desse um passo atrás. É preciso uma justa avaliação para se entender o significado da atitude do governador de não ir mais fundo na repressão. Ainda estão na lembrança as jornadas de junho de 2013, quando a partir das manifestações da juventude contra o aumento das tarifas de transporte público, milhares e milhares saíram às ruas. O receio do governador foi o de chamar a atenção do conjunto da juventude oprimida para as reivindicações contra o fechamento de escolas e massificar a luta de rua. A grande maioria dos secundaristas ficou à margem das ocupações e dos bloqueios de rua. Esse era o ponto fraco da luta. Outro, era a pouca presença dos professores. A sua fortaleza esteve na firmeza das ocupações, que enfrentaram inclusive provocação do narcotráfico, incentivado pela polícia – tentou-se criar um clima de ameaça de invasão de marginais em escolas da periferia. A ousadia de bloquear grandes avenidas foi decisiva. Essa disposição se potenciou com a crise política e social.

3. Os secundaristas assumiram a defesa da escola sem, contudo, estarem organizados. Diante da mobilização inicial de uma parcela dos professores e da observação de que o Plano de Reestruturação era prejudicial, começaram as ocupações. O movimento foi tomando proporção quase que espontânea. Dizemos quase porque houve influência das correntes de esquerda organizadas no seio do movimento docente e em certa medida na juventude. Mas no fundamental não se teve uma direção político-organizativa. A UBES compareceu e procurou imprimir às ocupações sua política, mas veio de fora para dentro. Agrupamentos ditos autonomistas, anarquistas, por sua vez, tiveram importância em algumas escolas.

Mas no geral as ocupações foram ocorrendo sem influência direta de organizações políticas. Os estudantes, professores e pais experimentaram durante as ocupações elementos do controle coletivo das escolas. A prática mostrou que a escola funciona e funciona melhor sem os cupinchas do governo que impõem autoritariamente suas regras e normas. A escola controlada coletivamente pelos estudantes, professores e pais ganha autonomia diante do governo e dos capitalistas, e se torna terreno fértil para que prosperem os métodos de luta e a unidade com o proletariado. Outra experiência fundamental foi o uso generalizado pelos estudantes do método das ocupações e bloqueios de ruas e avenidas, recuperando a experiência de junho de 2013. Foi muito importante que todas as forças políticas impulsionassem as ocupações e as manifestações. A juventude secundarista começa a fazer experiências na luta de classes contra o sucateamento da escola e as medidas que ampliam a decomposição do sistema público de educação. Luta de classes porque por trás do governador está a burguesia, exploradora, sedenta de lucro e incapaz de dar condições dignas de existência à classe operária e à juventude oprimida. A defesa democrática da escola pública se faz por meio da luta de classes. As ocupações, as assembleias, as manifestações e bloqueios são métodos de luta coletiva da classe operária. É fundamental que o movimento avance em sua organização independente e estabeleça um programa de defesa do ensino público e gratuito e escola para todos os explorados.

4. A luta é mais ampla do que simplesmente barrar a “Reestruturação”. Quebrar a ofensiva do governo empenhado em sacrificar a escola em favor do ajuste fiscal é um grande feito, mas expressa apenas a defesa das condições existentes. Não temos dúvida de que a suspensão é momentânea. O que quer dizer que nosso movimento deve se preparar para voltar à luta. Está colocado para o movimento de ocupação discutir e aprovar uma plataforma de reivindicações. A escola pública serve aos jovens da classe operária, da classe média urbana e dos camponeses pobres. Os ricos têm escolas particulares luxuosas e bem aparelhadas. Ve-

mos, portanto, que a divisão de classe no Brasil se expressa com clareza no sistema de ensino. A juventude oprimida não apenas não conta com escolas capazes de ensinar como não contam com condições sociais para aprender. A escola está desvinculada da produção social (do trabalho). Mantém a separação entre a teoria e a prática, entre o trabalho intelectual e o manual. Os professores, querendo ou não, reproduzem o divórcio entre escola e o trabalho. O ensino abstrato, decorativo, repetitivo e desconexo afasta os estudantes da aprendizagem coletiva e crítica. Não se pode ter dúvida de que o conhecimento nasce das necessidades materiais e práticas. E, portanto, sua assimilação se dá no processo prático. O outro lado do problema está em que a maioria dos jovens vive na pobreza e com muita dificuldade frequenta a escola. Essa situação reflete a exploração capitalista do trabalho. Não se pode, assim, desvincular o ensino das causas que geram a pobreza e a miséria. Não há escola e bons métodos de ensino que possam ultrapassar essa barreira social e ter êxito em seus objetivos de aprendizagem. A juventude deve despertar para a sua condição de explorados e oprimidos, deve se ver como proletária e desconfiar dos sonhos de classe média. O ponto inicial está em defender um conjunto de reivindicações que parte dessa realidade de classe. Entendemos que as principais são: 1) Nenhum jovem fora da produção, nenhum jovem fora da escola; emprego e salário a todos; 2) Jornada de trabalho compatível com os estudos; que os jovens estudantes trabalhem 4 horas na produção e 4 horas dediquem aos estudos; 3) Escola pública e gratuita, sob o controle de quem estuda e trabalha; 4) Escola vinculada à produção social em que a teoria e a prática estejam na base da aprendizagem.

A Corrente Proletária da Educação que participou ativamente das lutas vem através dessa Carta aos estudantes dar sua contribuição à continuidade do movimento. Há pela frente um imenso trabalho de organização e politização da juventude oprimida. Chamamos os secundaristas a participarem da Corrente Proletária da Educação com o objetivo de formar uma direção classista e revolucionária.

Contribuição à discussão sobre a bandeira de autonomia universitária e o governo tripartite

A. A universidade sob o capitalismo

1. Vivemos em uma sociedade dividida em classes antagônicas e irreconciliáveis, onde a maioria assalariada é explorada pelos detentores dos meios de produção. O capitalismo é um regime historicamente esgotado, e, por esse motivo, impede o desenvolvimento da educação. Impõe o retrocesso das forças produtivas e limita a capacidade da imensa maioria da população.
2. No Brasil, o capitalismo, colocado de fora para dentro, tem como característica a combinação das formas atrasadas de produção com as mais avançadas, materializadas pela mais alta tecnologia. Percebemos essas diferenças e a interpenetração dessas formas nas desigualdades regionais. O atraso e o desenvolvimento coexistem, conformando um país semicolonial em comparação às potências imperialistas.
3. A universidade reflete essa contradição fundamental do capitalismo, sofrendo assim a intervenção direta, através de mecanismos de controle estatal, como a le-

gislação, polícia, etc.; e indireta, como a estrutura de poder moldada para atender aos interesses gerais da classe dominante. As deformações fundamentais do sistema de ensino brasileiro decorrem dessa base, e da crise estrutural do capitalismo, reflexo da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção.

4. A reforma universitária proposta pelos governos do PT colocou a nu a mercantilização. Não conseguiu o pseudo controle na rede privada de ensino. De fato, tanto os governos do PSDB quanto do PT não se diferenciam em essência quando se trata de educação; o mérito do petismo de se utilizar da política assistencialista para justificar as subvenções ao grande capital de ensino, o PROUNI, mascarado de ações afirmativas e de inclusão social, apenas destinou-se a preencher vagas ociosas na rede particular, assim assegurando o lucro das fábricas de diplomas no país através de renúncias fiscais. Em nome da inclusão social, as cotas apenas mascararam a falta de vagas na rede superior de ensino permitindo o acesso de uma pequeníssima minoria de negros, indígenas e estudantes da rede públicas nas universidades públicas, por outro lado impulsionou o Ensino a Distância, que não passa de excrecência do capitalismo apodrecido. O FIES permitiu o ingresso de estudantes mediante o endividamento e já mostra seu esgotamento na crise atual do capitalismo. O Reuni só serviu para sucatear as instituições públicas colocando mais alunos por sala de aula. Essa ação do governo prevê aumento de vagas nas Federais, principalmente à custa do aumento do número de alunos nas salas de aula, uma vez que a expansão de vagas por meio de novas unidades é restrita. Ainda podemos elencar as Fundações de ensino, já que no Brasil são mais de 2,5 mil fundações que se utilizam do espaço e recursos públicos para mediar serviços que deveriam estar a cargo do Estado, algumas ainda são fundadas e dirigidas por docentes com cargo de direção nas universidades. De janeiro de 2013 a julho de 2014, são mais de 1,4 bilhão

que recebem da União – dinheiro público – para realizarem serviços que o estado deveria realizar. As fundações, como se vê, crescem como um câncer dentro das instituições públicas. Colocam os serviços da universidade como parte da acumulação privada do capital.

5. Diante disso, o movimento estudantil, de docentes e funcionários, contaminados com o governismo apoiam ou toleram as políticas de destruição da universidade pública sob o manto da falsa “democratização”. Os congressos da UNE, sob direção governista, servem como correia de transmissão da política oficial, não conseguindo se contrapor ao desmonte da educação. A política reformista e os centristas tampouco conseguem ir a fundo no programa revolucionário e se limitam à conclusão de que a educação deve ser reformada, sem compreenderem que as reformas estão esgotadas. O que mais existe são reformadores e reformas. Uma reforma séria na educação brasileira depende de concessões dos governos de turno e dos capitalistas da educação, fato que não acontecerá sob o capitalismo imperialista.
6. É fato notório que a Universidade, dentro do capitalismo, serve aos interesses da classe dominante e de seus governos que a controlam por meio de sua burocracia – professores corrompidos que utilizam os altos cargos dentro da universidade pública para se servirem de correia de transmissão para as políticas privatistas.

B. Democracia universitária

1. A universidade é controlada por uma casta privilegiada de professores, que administra as verbas, controla sua distribuição, favorece apenas as áreas de seus interesses e dos governos de plantão. Essa burocracia universitária molda as IES de forma a possibilitar a reprodução da lógica capitalista e privatiza a universidade descaradamente. A burocracia repete no interior da universidade a hierarquia existente no interior do Estado burguês, nas instituições públicas, e atende

- aos interesses empresariais das instituições privadas.
2. O Estado enxerga a universidade pública como geradora de gastos e pressionam a burocracia para cortar verbas públicas. Existem, é verdade, algumas contradições no seio dessa burocracia, porém o fato é que não alteram o essencial: a burocracia é o instrumento dos governos e da classe dominante no interior da universidade, contra os interesses da maioria que estuda e trabalha.
 3. Os estudantes que constituem a parte fundamental do ensino na condição de aprendizes não têm como decidir nada. São incorporados ao ensino como uma força passiva, sujeita a todas as deformações da divisão de classe e da divisão social do trabalho. As deformações de que são vítimas como agentes passivos se expressam no divórcio entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre a prática e a teoria, entre o ensino e a produção social. Os professores de forma geral também não decidem em última instância. Estão condicionados pelo Estado e pela ideologia dominante. Sem uma relação viva e contraditória com as massas estudantis, acabam por se acomodar aos interesses dos capitalistas e se postam como uma força conservadora, quase sempre reacionária. A relação de subordinação autoritária dos estudantes perante os professores e de alienação da consciência de classe perante as relações sociais expressam o controle do ensino pelo Estado, pelo empresariado e pelas igrejas. A raiz dessa subordinação se encontra na exploração do trabalho e nas relações capitalistas de propriedade. É preciso ter claro que não haverá nenhuma transformação substancial da educação se não se transforma o capitalismo em socialismo.
 4. A verdadeira democracia universitária é incompatível com a existência da burocracia universitária. O controle da universidade por quem estuda e quem trabalha tem de passar necessariamente pela destruição do poder burocrático que parasita as instituições. Não ha-

verá a democratização da universidade, uma vez que está condicionada pelo Estado burguês. É essa luta que permitirá às camadas oprimidas da juventude de se aproximarem do programa revolucionário do proletário.

C. *Governo Tripartite*

1. A defesa da autonomia universitária se distingue da defesa de “democratização”. Embora algumas bandeiras da democratização não se contraponham conjuntamente à autonomia universitária, a democratização estrategicamente sim, uma vez que seu fim último é o de rejuvenescer a burocracia que dirige a instituição. Ao contrário, a autonomia universitária resulta do rompimento do controle do Estado e da burocracia docente sobre a universidade. Estudantes, funcionários e professores mobilizados e unificados pela assembleia universitária impõem seu controle, portanto seu governo. Esse é o conteúdo do governo tripartite, eleito pelo voto universal. Está claro que a direção dessa bandeira não leva as massas a reformarem a universidade de classes decadente e decrépita. Mas sim de destruí-la e construir outra em seu lugar. Se fosse possível reformá-la, com certeza cumpriria um papel progressivo. Porém no atual estágio do capitalismo a reforma é impossível. A universidade se assenta nas bases econômicas e nas relações sociais do capitalismo. Essas se decompõem em razão da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. A reforma da universidade depende das necessidades e da disposição da burguesia. Nem uma, nem outra estão vigentes. A pequena burguesia não é uma força social capaz de se impor perante a burguesia e levar adiante alterações substanciais na universidade decadente. E o proletariado quando se levantar contra a burguesia imprimirá à educação como um todo e, em particular à universidade, seu programa socialista de transformação.
2. A bandeira de autonomia universitária, portanto, é

uma bandeira transitória de luta pelas transformações socialistas. Não perde, porém, seu caráter democrático porque trata de uma tarefa que deveria ser realizada pela própria burguesia. Mas é de caráter transitório porque faz parte de um conjunto de tarefas democráticas que levam as massas à luta pelo socialismo.

3. A luta pelo controle da universidade por quem estuda e trabalha é a via para se romper a camisa de força imposta pelo capitalismo putrefato à educação. A autonomia universitária estabelece o governo tripartite da universidade, constituído por estudantes, professores e funcionários. A mudança na relação de poder na universidade, portanto, política, permitirá assumir coletivamente o objetivo de superação do divórcio da educação com a produção social, sob a direção do proletariado.

Contribuição à discussão sobre a repressão

1. A repressão é parte do Estado, que a utiliza para manter o poder da minoria burguesa sobre a maioria explorada;
2. Todo destacamento armado do Estado é repressivo e não será humanizado ou reformado. Somente a população organizada e armada pode fazer a sua autodefesa. Trata-se, portanto, de lutar pelo desmantelamento de todo aparato repressivo;
3. A PM, em particular, é uma criação da ditadura militar. O retorno do regime democrático a manteve como instrumento de repressão social. A bandeira de “desmilitarização” da PM é uma utopia pequeno-burguesa;
4. A repressão na forma de prisões, processos e perseguições recai sobre militantes e ativistas, mas é um ataque ao conjunto do movimento que se levanta em defesa de suas reivindicações;
5. A defesa dos presos e processados deve se dar política e juridicamente, mas o jurídico deve estar subordinado à ação política;
6. A defesa política contra os processos, perseguições e prisões se baseia nos métodos da ação direta: atos, passeatas, greves. Somente pela luta coletiva dos explorados e da juventude é possível reagir ao Estado policial;
7. A justiça é burguesa. As diferentes frações da burgue-

sia estão centralizadas no ataque às massas. Qualquer parecer jurídico em favor do movimento será circunstancial. Não se deve alimentar nenhuma ilusão na justiça burguesa;

8. A lei anti-greve, a lei anti-terrorismo e todo aparato judicial-policial expressam o avanço da repressão do Estado. Assim, devem ser combatidos de conjunto;
9. A Lei antiterrorismo atende aos interesses do imperialismo em conter a ascensão da luta de classes mundial. Expressa a política de dominação e opressão das potências sobre os países semicoloniais. A exigência de que todos os governos adotem essa lei ditada pelos Estados Unidos serve à opressão nacional e de classe;
10. A aprovação na Câmara Federal da redução da Maioridade Penal demonstra o reacionarismo do Congresso Nacional, que por sua vez expressa as forças políticas da burguesia e o obscurantismo religioso. É falsa a justificativa de que a redução da criminalidade virá com o recrudescimento da punição. A criminalidade é uma das consequências nefastas do sistema de exploração do trabalho. Somente com a revolução proletária e a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social se eliminará essa chaga;
11. É preciso organizar a luta dos explorados e da juventude em defesa das condições de existência. O desemprego, o subemprego, a fome e a miséria estão na base do aumento da criminalidade;
12. A juventude vem sendo atingida pelo avanço da decomposição do capitalismo e da barbárie social. O aumento do contingente de jovens arrastados para a criminalidade e atração pelo narcotráfico refletem a incapacidade da burguesia de incorporar a juventude de conjunto na produção social (emprego a todos) e na escola (elevação da cultura das massas) e de protegê-la como força de trabalho. A resposta da burguesia, no entanto, é a de fortalecer o aparato repressivo e promover mantanças nos bairros pobres, que atinge principalmente a juventude negra;

13. É necessário lutar para que a classe operária assuma a defesa da juventude como parte de seu programa de transformação do capitalismo em socialismo. Nenhum jovem fora da produção, nenhum jovem fora da escola! Combinação do trabalho e dos estudos voltados à produção social. Jornada de trabalho compatível com os estudos e um salário que corresponda às reais necessidades;
14. A unidade dos movimentos operário, camponês e juventude, assim como a unidade entre todas as correntes e organizações que compõem esses movimentos – em frente única – é o caminho para defender os explorados da barbárie capitalista, em particular a juventude;
15. É preciso constituir e fortalecer os comitês de autodefesa dos movimentos, de modo a resistir organizadamente a ascensão do reacionarismo da burguesia e de seu Estado;
16. É parte da luta contra a repressão a defesa do direito democrático de livre organização e manifestação. Defesa intransigente aos presos e perseguidos políticos. Não aceitar nenhum acordo da justiça que procura criminalizar o movimento, como as transações penais e as suspensões condicionais;
17. Constituição dos Tribunais Populares. A justiça burguesa não fará justiça às vítimas do capital. Os Tribunais Populares são a forma organizativa das massas para julgar e punir os crimes da burguesia.

Contribuição à discussão sobre a organização nacional dos estudantes

UNE

A UNE tem sido usada com o um instrumento de defesa do governo e de contenção da massa estudantil. Sob direção majoritária do PCdoB e do PT, a UNE cumpre o papel de colaboração de classe, submetendo as organizações estudantis aos ditames do Estado burguês.

A direção da UNE declara ser contra o “ajuste fiscal” do governo, mas os partidos que a controlam votam a favor das medidas de implantação dos cortes e retirada de direitos trabalhistas e sociais concebidas pelo ministro Levy.

A direção da UNE procura desviar a atenção dos estudantes para a ascensão do setor conservador do Congresso Nacional. Uma manobra que objetiva dissolver, ou até mesmo anular, a responsabilidade do PT pelas medidas de ataque às massas. O princípio da manobra consiste em esconder que a ascensão direitista é consequência da política do PT de sustentar o capitalismo decadente, de estabelecer aliança com setores da oligarquia latifundiária e com as igrejas.

Os estalinistas e petistas no interior da UNE procuram blindar o governo do PT diante da luta dos explorados e

da juventude. Com isso, também escondem o fracasso da política reformista do PT, que capitulou diante da burguesia. Para se manter no poder, o PT se vê obrigado a aplicar servilmente as medidas austeras impostas pelo capital financeiro.

A política de ajuste fiscal impõe maiores restrições ao acesso aos programas federais como o FIES e o PROUNI. Os cortes na educação tiveram repercussão nos repasses milionários aos capitalistas de ensino. As universidades federais é o setor mais atingido. A redução drástica nos repasses tem condicionado as instituições públicas à condição lastimável.

A direção da UNE se cala diante desse quadro. Nega-se a organizar os estudantes a se oporem aos cortes. As greves deflagradas nacionalmente na educação federal padecem do isolamento e carecem da atuação da direção da UNE. O movimento grevista e de ocupações por todo país não encontra resposta da UNE. Apoiar as greves significaria se opor à política de ajuste fiscal do governo, e conseqüentemente, se opor ao próprio governo.

O governo de Dilma/PT se sustenta sob o pilar do ajuste fiscal. É determinante para a sobrevivência do governo ser capaz de aplicar os ajustes que garantirão o pagamento da dívida pública. O ajuste fiscal e o governo do PT são indissociáveis. Contrapor-se efetivamente à política econômica de Levy é se colocar impreterivelmente contra o governo de Dilma. Por isso é vazia a declaração da direção a UNE, quando se coloca contra o ajuste fiscal.

A UNE se incorpora na “Frente Povo Sem Medo”, conjuntamente com o MTST, CUT, CTB e frações do PSol. A frente condensa a defesa do governo do PT, sob o discurso de se contrapor à “ofensiva conservadora”. Procura convencer os explorados e a juventude que se trata de uma frente por reformas, que pretende fazer uso da ação direta das massas para obstruir o caminho dos conservadores e desbloquear a passagem às reformas populares do PT.

O capitalismo em decomposição não abre espaço para reformas. A manutenção das altas taxas de lucro e da va-

lorização do capital requer maior exploração e sacrifícios das massas. Esse é o conteúdo do ajuste fiscal do imperialismo. A “Frente Povo Sem Medo” ignora essa premissa e arrasta as massas a alimentar ilusões no regime democrático e no governo.

As propostas de solução para a crise econômica e política não escapam do campo da democracia burguesa e do eleitoralismo. Aqui se enquadram a defesa da constituinte, da reforma política, reforma tributária e democratização do sistema judiciário e das comunicações.

A política de conciliação de classes do PT e PCdoB no interior da UNE é um obstáculo à luta da juventude contra a ofensiva da burguesia e seus governos, que descarrega a crise capitalista sobre os explorados e oprimidos. A paralisia dos estalinistas e reformistas os coloca numa condição de convivência frente a destruição de uma grande parcela da juventude, impossibilitada de estudar, entregue ao desemprego, subemprego, narcotráfico e à violência genocida do Estado policial.

A atual direção da UNE deve ser varrida. Uma oposição revolucionária deve ser conformada no seio dos estudantes. Sob a política proletária, as massas juvenis deverão ser conduzidas a se unificar com os demais oprimidos no levante contra o poder da classe burguesa. No momento, essa luta se traduz em sair às ruas em defesa de emprego, salário e direitos. Em oposição revolucionária ao governo de Dilma, por um governo operário e camponês.

ANEL

A ANEL foi criada para ser uma organização contraposta à UNE governista. Extremamente minoritária, não expressa um movimento de parte da juventude de ruptura com o governismo da UNE e deslocamento para posições de independência de classe. Constituiu-se como um movimento de correntes, tendo à frente o PSTU. Mas, rejeitando a política governista e de paralisia da direção da UNE, um setor da vanguarda combativa acabou se unindo à ANEL. Cada iniciativa tomada pela ANEL de mobilizar e unificar

os estudantes pelas reivindicações deve ser impulsionada, sempre sob a defesa da unidade geral dos estudantes na luta e apontando a necessidade de uma direção e programa proletários para a juventude.

A ANEL tem se mostrado impotente frente à direção governista da UNE. Sua incapacidade em organizar nacionalmente os estudantes para resistirem aos ataques dos governos, revela o aventureirismo do PSTU em fundar uma entidade nacional que atendesse tão somente aos objetivos aparelhistas e oportunistas.

A fundação da ANEL, sobre bases divisionistas, é a renúncia em conquistar as massas estudantis controladas pelos estalinistas e petistas.

A política do PSTU para a ANEL não conduz à derrota política da direção burocrática da UNE. A sua prática resulta numa convivência entre as duas entidades. A ANEL se limita a disputar os estudantes que compõem a base da Oposição de Esquerda da UNE. Não tem por objetivo a unidade geral da juventude.

A vanguarda reunida na ANEL não está organizada sob um programa. A prática festiva e despolitizada ganha corpo e toma as mesmas formas da política empregada pelos governistas da UNE. O PSTU, por trás da entidade, tenta com isso atrair a juventude no mesmo campo do distracionismo, tão próprio das correntes eleitoralistas e da política de colaboração de classes.

A ANEL deve atuar dentro e fora da UNE com o objetivo de destruir sua direção governista, unificar os estudantes e organizá-los para derrotar o ajuste fiscal do governo. Deve se empenhar em organizar a juventude contra o Estado burguês e em defesa do socialismo. A persistência da política divisionista manterá a renúncia a lutar pela direção de um setor das massas oprimidas, o que na prática significa renegar a própria estratégia da revolução proletária.

Marxismo diante da juventude

Notamos que o lugar da juventude na luta política se projetou no curso da Revolução Russa. Lênin considerou as massas proletárias jovens como decisivas para a derubada do poder da burguesia. Prestou atenção em suas manifestações e na evolução de sua consciência socialista. Entre 1904 e 1920, escreveu vários artigos e pronunciamentos. Podemos dizer que seu interesse pela juventude esteve profundamente determinado pela necessidade de construir o partido e impulsionar as forças motrizes da revolução proletária, que nas particularidades da Rússia czarista tinha como ponto de partida a revolução democrática. Os estudantes, por seu vínculo com a cultura, se agitavam diante do esgotamento do regime monárquico, da estrutura semifeudal agrária e do impulso das forças produtivas capitalistas, que faziam vibrar os principais centros urbanos.

O Partido Socialdemocrata Russo, no seio do qual Lênin se formou como marxista e que posteriormente deu lugar à cisão entre bolcheviques e mencheviques, travava uma luta com os socialistas revolucionários, tipicamente pequeno-burguês, e com os liberais em torno da influência sobre os estudantes, já nos primeiros anos do século XX. Em síntese, estava presente nas universidades a política proletária e a burguesa.

As tendências democrático-revolucionárias da juventude

de deveriam ser canalizadas para o programa do proletariado. Essa tarefa implicava um trabalho dos marxistas para organizá-la e separá-la da política burguesa e pequeno-burguesa. Inevitavelmente, se desenvolvia o embate ideológico em torno do caráter da revolução e qual classe a dirigiria. Quanto mais terreno ganhasse a socialdemocracia em detrimento dos socialistas revolucionários e liberais maior importância tinha a juventude para os objetivos estratégicos do proletariado no andamento da revolução democrática.

A primeira etapa da revolução russa teve como marco o “Domingo Sangrento” de 1905. Diante do esmagamento da marcha dos pobres e oprimidos, que se dirigiam ao palácio do governo para pacificamente pedir ao monarca que fizesse reformas democráticas, trabalhistas e sociais, as massas se ergueram e constituíram os conselhos operários (soviets). É nesta situação de mudança da situação política que Lênin escreveu um de seus artigos mais importantes – *“As tarefas da Juventude Revolucionária”*. Foi divulgado pelo jornal *Stoudent*. Lênin estava exilado. Assim, deu como subtítulo *“Primeira Carta”*.

Em resposta à posição liberal do economista e representante dos liberais (Partido Cadete), que procurava classificar os estudantes exclusivamente de acordo com a ideologia, Lênin demonstrou que as várias tendências político-ideológicas entre os estudantes têm por base a divisão de classes. Eis a formulação marxista: *“A divisão em classes é, certamente, a base mais profunda do agrupamento político. Na verdade, é sempre ela que afinal de contas determina esse agrupamento. Mas essa base profunda só aparece com o processo de desenvolvimento histórico, à medida em que se eleva a consciência daqueles que nele participam, daqueles que são seus agentes”*.

Está claro que as organizações que influenciam a juventude expressam uma política de classe. Essa premissa é bem conhecida dos marxistas. Há um outro aspecto, porém, da explicação de Lênin que a fundamenta historicamente. É com a agudização da luta que as massas estudan-

tis e a sua vanguarda reconhecem e elevam a consciência de que na base nos confrontos está a divisão de classes. O que quer dizer que é preciso em todas as circunstâncias evidenciar a distinção e o antagonismo entre a política do proletariado e a da burguesia. Os partidos burgueses e pequeno-burgueses, ao contrário, evitam se apresentar diante da juventude como expressão de uma política de classe. Quanto mais amorfo se colocarem e quanto mais puderem ocultar os interesses burgueses que defendem, melhor para sua luta contra a política revolucionária do proletariado.

Em sua crítica aos adversários do marxismo, Lênin explica: *“O autor não concebe, de maneira nenhuma a ideia de que a diferença de interesses de classe vai inevitavelmente refletir-se no agrupamento político e que os estudantes não são uma exceção no conjunto da sociedade apesar de atuarem desinteressadamente, com pureza, idealismo, etc. A obrigação do socialista não é ocultar esta diferença, mas, pelo contrário, explicá-la às grandes massas e consagrá-la na organização política”* (...) *“A divisão política dos estudantes deve necessariamente refletir a divisão política de toda a sociedade e o dever de todo o socialista é contribuir para uma delimitação tão consciente e tão consequente quanto possível dos grupos políticos heterogêneos.”* (...) *“Só nos baseando num programa claramente definido podemos e devemos trabalhar na massa estudantil para alargar o seu horizonte universitário e propagar o socialismo científico, quer dizer, o marxismo”*.

Extraímos o essencial das formulações de Lênin em seu texto *“As tarefas da Juventude Revolucionária”*, embora escrito há mais de cem anos mantém sua vigência. Trata-se de assimilar os fundamentos que guiam a ação dos marxistas no interior da juventude oprimida. Da mesma forma que Lênin os expôs vinculados às particularidades da situação russa, devemos também utilizá-los como guia nas condições particulares do desenvolvimento social e político da juventude brasileira.

A IV Internacional e a juventude

A IV Internacional, apoiando-se na experiência da Revolução Russa e seguindo as formulações de Lênin para o trabalho político no interior da juventude, procurou orientar suas seções no sentido de estabelecer as particularidades da nova situação da luta de classes e do lugar da juventude oprimida. A revisão estalinista do bolchevismo, a degenerescência burocrática dos partidos comunistas e os métodos antioperários aplicados pelos agentes estalinistas marcaram os escritos de Trotsky sobre a juventude.

Nesse mesmo sentido, com as respectivas diferenças, devem ser considerados a crise econômica mundial e a projeção do fascismo. No momento em que Hitler avançava na Alemanha, em 1933, realizou-se a Conferência da Juventude, em Paris. Tratava-se de aglutinar a juventude sob a bandeira do antifascismo. Neste momento, a Oposição de Esquerda Internacional ainda reivindicava a III Internacional da época de Lênin. Diante da convocatória da Conferência da Juventude, Trotsky redigiu uma declaração, sob o título “A obediência cega, a disciplina revolucionária e a juventude”. Diz: “Embora convoquemos os operários a organizarem-se em torno da bandeira da Comintern acreditamos que é a nossa obrigação dizer claramente que sua revisão dos princípios do comunismo

e a degeneração burocrática de seu regime são um enorme obstáculo para que sua influência se difunda entre os operários jovens e dificultam a correta educação revolucionária”.

A Oposição de Esquerda, assim, fazia um alerta sobre a revisão estalinista do marxismo que se levantava como um obstáculo ao desenvolvimento independente da juventude proletária. O estalinismo colocava a obediência como se fosse o mesmo que a disciplina revolucionária consciente e necessária para o combate à burguesia. A vanguarda marxista-leninista, sob a liderança de Trotsky, enfrentava e combatia os métodos burocráticos da perseguição política, do esmagamento da crítica, das deformações da autocritica, das calúnias e da violência física promovidas pelos bandos estalinistas. Estava colocado, portanto, a tarefa de despertar na juventude a compreensão dos métodos próprios do marxismo, que têm por base a luta de classes contra a burguesia e a educação comunista. Em lugar da coerção, trabalhar com a persuasão, de forma a elevar a consciência revolucionária da juventude.

Eis, em sua essência, o que diz a Declaração da Oposição de Esquerda Internacional - bolchevique-leninista (“A obediência cega, a disciplina revolucionária e a juventude”): *“A obediência cega é uma qualidade útil ao soldado de um exército capitalista, não ao combatente proletário. A disciplina revolucionária tem suas raízes no pensamento e na vontade coletivos. Um partidário do comunismo científico não crê nas palavras; julga tudo à luz da razão e da experiência. A juventude não pode aceitar o marxismo por mandato; deve assimilá-lo por si mesma, por meio de um esforço do pensamento independente. Justamente por isso, deve ter não só a oportunidade de se educar como também de se equivocar, para poder elevar-se, através de seus próprios erros, a uma concepção comunista. A disciplina burocrática e artificial se reduz a pó no momento de perigo. A disciplina revolucionária não exclui, exige, o direito à comprovação e à crítica. Somente por essa via se*

poderá criar um exército revolucionário indestrutível”.

A defesa da autonomia organizativa da juventude e de uma disciplina distinta de qualquer imposição burocrática, no entanto, não significa desconhecer o fator decisivo em sua formação e organização, que é o partido revolucionário. Na resolução “A IV Internacional e a Juventude”, de setembro de 1938, esta relação é formulada da seguinte maneira: *“Os bolcheviques leninistas afirmam que a organização proletária da juventude deve ser profundamente consciente dos objetivos históricos e das necessidades de sua classe, ou seja, deve ser uma organização comunista. Rejeito toda ideia de substituir a organização de classe da juventude trabalhadora por uma organização sem princípios nem programa que agrupe a juventude em geral, ou a ‘juventude não fascista’, segundo a fórmula de Dimitrov e de Guyot que levou à liquidação de fato das seções legais da Internacional Comunista dos Jovens (ICJ)”.*

A ideia fundamental é que a juventude deve caminhar com suas próprias pernas, avançará participando e compreendendo a ação do partido. Não é a função deste ditar uma política para a juventude, mas de ajudá-la a fundir-se com a política revolucionária do partido. Assim, concebe Trotsky: *“A educação teórica da juventude, como toda a atividade política da organização das juventudes, deve ser autônoma, ao mesmo tempo, deve ser objetivo de um cuidado atento e de uma vigilância constante da parte dos militantes mais experimentados do partido; autonomia da juventude implica não somente em direito de crítica da parte do partido, mas sim em um dever de fazê-lo com toda camaradagem, mas sem rodeios frente a cada falta cometida pela organização juvenil”.* É nesse sentido que se coloca o vínculo político e organizativo da juventude com o partido do proletariado.

Essa formulação dirigida particularmente à juventude se deve ao fato de que se trata de uma vasta camada oprimida que se distingue por atravessar uma fase da vida. “A juventude é um setor à parte, que vive uma situação própria”, assim caracteriza Trotsky em sua entrevista “Para

a formação de uma organização juvenil revolucionária”, de novembro de 1938. De forma que o partido tem de encontrar os meios e os métodos apropriados para dela se aproximar e organizar sua vanguarda. Os estudantes devem ser orientados a se integrar no movimento operário. É por esse caminho que se evitará o diletantismo e o desvio dos objetivos históricos do proletariado. A educação da juventude na escola do socialismo científico se realiza no fogo da luta de classes. A juventude aprenderá a identificar as forças em choque e se guiará conscientemente por meio das diretrizes do partido.

